



Setor Taquari, na região do Lago Norte: Zoneamento vai apontar a vocação socioeconômica de cada região para permitir ocupações com menor impacto ambiental

Os caminhos para a ocupação

» ARIADNE SAKKIS
» ADRIANA BERNARDES

Há 19 anos, a Lei Orgânica do Distrito Federal previu a elaboração do Zoneamento Econômico—Ecológico (ZEE), um instrumento que deveria guiar o crescimento das cidades do DF conforme as potencialidades e as vulnerabilidades ambientais de cada região. Quase duas décadas depois — período de intensa expansão e aumento populacional — somente agora ficou pronto o diagnóstico do território, a primeira de duas partes do ZEE. Até o meio do ano, deve ser concluído o prognóstico, ou seja, as recomendações de uso de área que vão nortear as políticas públicas e a ocupação de cada ponto do DF.

Além de constar da Lei Orgânica, o ZEE é parte da Política Nacional do Meio Ambiente. Em 2006, a Promotoria de Defesa do Meio Ambiente (Prodema), do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), entrou com uma ação pedindo que o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (Pdot) não fosse revisto até a conclusão do ZEE, mas a Justiça não concedeu a liminar.

A ferramenta só passou a ser

Próximas etapas

» A próxima fase consiste na interpretação das informações do diagnóstico ecológico e econômico para a formulação das indicações de uso do espaço. A expectativa é que a etapa seja concluída até julho deste ano.

» As indicações do Zoneamento Econômico—Ecológico não são impositivas, mas uma orientação para alinhar o crescimento à sustentabilidade em todo o Distrito Federal.

» O ZEE deverá dar o respaldo técnico para a criação de novas áreas, sejam elas para uso habitacional ou produtivo. Ele deve balizar, por exemplo, a próxima revisão do Pdot, em 2014.

» Quando concluído, o estudo se torna uma minuta de lei complementar e passa por aprovação na Câmara Legislativa, onde pode sofrer alterações.

desenvolvida com maior afinco a partir de 2007, quando o Governo do DF (GDF) assinou um termo de ajustamento de conduta (TAC) com o Ministério Público para que, em até um ano, o zoneamento estivesse pronto. Foi a exigência feita pelo MP para dar prosseguimento ao processo de regularização de parcelamentos irregulares.

“No DF, a ocupação aconteceu antes de se saber a vocação do território. Agora, poderemos ver onde o uso do solo pode ser modificado e melhorado também. Sem esse instrumento, não há sustentabilidade”, acredita Marta de Oliveira, promotora da Prodema. A primeira etapa do ZEE consiste em um estudo profundo do território, incluindo os impactos da atividade humana sobre a natureza.

O zoneamento leva em conta

as particularidades das áreas consolidadas e também o que ainda não foi ocupado. “A abordagem tenta entender, por exemplo, quais são os pontos sensíveis do território não apenas do ponto de vista ambiental, mas também dos aspectos socioeconômicos da população”, explica a subsecretária de Políticas Ambientais da Secretaria de Meio Ambiente do DF, Maria Silva. Para se ter ideia da dimensão do trabalho, constam do documento dados sobre a fauna e a flora do DF, abastecimento de água, evolução da ocupação urbana do solo, produção agrícola e índices econômicos.

A partir desses dados, que configuram o suporte natural de uma região, verifica-se a potencialidade de cada local. A subsecretaria dá um exemplo. “Na Região Noroeste do DF, temos a

Apa da Cafuringa. Por ser uma área de grande beleza cênica, ela pode ser apontada como um potencial para a dinamização do ecoturismo. O zoneamento não vai impedir a ocupação, mas apontar diretrizes que alinhem essa ocupação à sustentabilidade”, esclarece. Nas regiões de Planaltina, Paranoá, São Sebastião e Brazlândia, por outro lado, verificou-se alta vocação para a produção agrícola.

Impacto reduzido

As orientações visam minimizar os danos da ação antrópica ao que sobrou do meio ambiente. O próprio relatório já aponta que a vulnerabilidade ambiental do DF oscila entre média e alta sensibilidade. “Embora o desenvolvimento esteja pautado na boa aptidão do solo e na existência de

importantes jazidas minerais e de fragmentos de cobertura vegetal, a apropriação dos recursos naturais deveria se dar de forma menos predatória, respeitando a capacidade de suporte dos ecossistemas em absorver os impactos ambientais decorrentes. Resalta-se, então, a necessidade de desenvolvimento de novas práticas que possam conciliar o bem-estar da população com a geração de emprego”, diz um trecho do documento.

A promotora Marta de Oliveira, da Prodema, acredita que um dos aspectos mais importantes do ZEE é a determinação dos corredores ecológicos entre as três principais zonas de reserva de cerrado do DF — Águas Emendadas, Parque Nacional de Brasília e Área de Proteção Ambiental Gamma e Cabeça de Veados, onde fica o Jardim Botânico. Hoje, os santuários estão praticamente isolados. “Com o estabelecimento dos biocorredores, poderemos desenvolver ações prioritárias de reflorestamento”, diz a promotora.

Até junho, a segunda etapa do ZEE, ou seja, o prognóstico, deve ser concluído. Antes de ser submetido à aprovação na Câmara Legislativa para se tornar uma lei complementar, ele deve passar por audiências públicas para ser debatido com a sociedade.

Belezas naturais

A Área de Proteção Ambiental (Apa) da Cafuringa tem 46 mil hectares e engloba parte da Chapada da Contagem e da região recortada por drenagens naturais pertencentes à Bacia do Rio Maranhão. As belezas naturais mais conhecidas, e mais visitadas por turistas, são as cachoeiras Poço Azul, Mumunhas e as quedas d’água do Córrego Monjolo, além da Ponte de Pedra nas nascentes do Ribeirão Cafuringa.